

Medidas para o petróleo brasileiro

Petrobras

José Augusto Marques *

O Brasil está mudando. E, felizmente, para melhor. Enquanto as pitonisas tupiniquins previam que durante este ano, por ser eleitoral, nada ocorreria no País, vimos a aprovação da reforma da Previdência e avanços nas privatizações nos setores de telecomunicações, energia e petróleo. Esse último foi brindado nos últimos dias com a divulgação das áreas de concessão da Petrobras, o que, de certa forma, constituiu o primeiro passo decisivo para a entrada do capital privado em exploração e produção de óleo e gás em campos brasileiros.

Na verdade, o segundo passo. O primeiro foi a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei que regulamentou a flexibilização do monopólio no ano passado. Pouco tempo depois, constituiu-se a Agência Nacional de Petróleo (ANP), instância responsável pela elaboração dos

novos procedimentos comerciais do setor.

Em junho deste ano, a Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib) teve a oportunidade de entregar ao presidente da ANP um conjunto de sugestões que tem o objetivo de garantir o aporte de recursos privados necessário ao desenvolvimento do segmento de petróleo e gás no País. Se, por um lado, sobram tecnologia de ponta em exploração e prospecção, temos de assumir o parco conhecimento sobre a lógica do capital privado nesta área.

O capital privado atualmente controla somente US\$ 8,5 bilhões em projetos até o ano 2003 no setor de petróleo e gás. É o que concluiu o Departamento de Economia da Abdib, em

estudo recentemente publicado que revela a existência de US\$ 38,4 bilhões no total de investimentos aplicados na área. O

setor estatal, leia-se Petrobras, continua a deter US\$ 24,7 bilhões em empreendimentos, que se podem verificar em projetos já em execução, como o gásoduto Brasil-Bolívia e o Projeto Marlin, na Bacia de Campos.

A área de exploração e produção ficou com o maior montante de investimentos: US\$ 16,3 bilhões. Em seguida, vem o setor petroquímico, com US\$ 9,2 bilhões. Refino e dutos estão em último, com US\$ 8,2 bilhões e US\$ 3,5 bilhões, respectivamente.

Mediante uma pesquisa em mais de 40 países em todos os continentes, reunimos informações suficientes para elencar 11



idéias ao reordenamento do setor. Como condições gerais, foram solicitadas condições contratuais isonômicas para todas as companhias, inclusive a Petrobras, salvo aquelas específicas por força da Lei nº 9.478/97 e a participação governamental, na cobrança de impostos e taxas, em níveis da prática internacional, especialmente na fase do investimento.

Sobre os contratos de concessão, a Abdib pediu o direito de exportação em condições preestabelecidas, a prática de preços vigentes no mercado internacional, níveis de produção programados pelo concessionário, cessão de direitos e obrigações a qualquer tempo, manutenção da estabilidade fiscal e tributária nos contratos e limitação das garantias financeiras aos investimentos mínimos da fase inicial de exploração.

No quesito participações governamentais, sugeriu-se a consideração do critério de rentabi-

lidade para o cálculo da participação especial, a diferenciação da participação especial segundo o risco exploratório das áreas e o estabelecimento de percentual de "royalty" conforme a produção corrente nos campos.

As medidas propostas teriam o mérito apenas de colocar o Brasil em condições semelhantes aos mais experientes países do mundo na área, propiciando o aporte seguro de capital privado ao desenvolvimento do setor.

Se o permanente atraso na reforma tributária e na desoneração da folha de pagamentos continua, dois itens poderosos na limitação de nossa competitividade e na atração de investimentos, o conjunto de propostas descrito afasta a paralisação no desenrolar de novos projetos de petróleo e gás e a modorra atual nos índices de geração de empregos.

* Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib).